

COMO PENSAM OS CHINESES SEM ALFABETO?

1.ª PARTE - A DIFERENÇA DAS ESCRITAS

*Fernando Belo*¹
(Universidade de Lisboa)

O inédito império chinês
Comparar duas escritas, alfabética e de caracteres-palavras
O porquê social das línguas
A convencionalidade das escritas
O monossilabismo das línguas e escrita chinesas
As invenções das escritas
Entre matemática e língua

*O Grande comentário*² “esclarece-nos de forma global sobre a lógica do devir e seu fundamento; por aí, ele forneceu as suas concepções de base à representação chinesa da realidade. Páginas capitais, portanto, em que o esforço de síntese, o espírito de sistema são conduzidos ao seu acabamento, em que o pensamento que rege o livro chegou ao seu pleno desabrochar, e cujas formulações, constantemente retomadas, serão julgadas definitivas; a seguir, e durante mais de dois milénios, o pensamento letrado poderá propor inumeráveis variações a partir destes temas mas não dirá nada de *radicalmente* novo” (F. Jullien, 1993: 187)

¹ Professor Associado jubilado, Departamento de Filosofia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. fernandobelo49@gmail.com

² Atribuído tradicionalmente a Confúcio, devido a confucianos da antiguidade chinesa.

1. Começemos por situar a questão. Durante mais de 20 séculos de história, as sociedades têm uma economia essencialmente agrícola com algumas vilas ou cidades com produção artesanal, uma classe guerreira dominante e um rei e uma casta de eruditos de escrita com funções religiosas e/ou de administração (jurídica).

O inédito império chinês

2. Dois impérios se criaram então com destinos bem diferentes. Trinta anos antes do início da nossa era, o de Roma dominou toda a zona mediterrânica, desde o que veio a ser Portugal até ao Irão (ou Pérsia), assim como o da China, uns dois séculos antes, unificou os vários reinos que então se combatiam no Meio da Ásia. Mas enquanto o primeiro soçobrou na sua parte ocidental, propriamente romana, no século V e dez séculos mais tarde na sua parte oriental sob um novo império turco islâmico³, o império chinês, apesar de alguns curtos períodos de divisão política entre Norte e Sul e de invasões estrangeiras triunfantes mas que se tornaram chinesas ao tomarem o poder imperial, esse império chegou ao alvor do século XX (poder-se-ia dizer que ainda hoje subsiste no tipo de estrutura burocrática da sua administração): esta duração de mais de dois milénios é sem paralelo na história da habitação humana.

3. Ela foi possível graças a uma estrutura administrativa centralizada em torno do imperador e da sua corte e cobrindo a extensão de todo o território, dotada duma capacidade de articulação às diversas regiões; esta estrutura era formada por funcionários imperiais letrados, os chamados mandarins, recrutados mediante concursos e não por herança paterna, mudando de lugar todos os três anos para evitar o caciquismo. Esses concursos ou exames eram feitos sobre uma tradição textual de sabedoria ancestral a que se acedia por longa instrução junto dum mestre (por ‘vocação’, como na escola e no clero cristão). É certo que a Grécia, apesar da sua história acidentada sob dominação romana e mais tarde turca, conservou até hoje a sua língua e a sua escrita alfabética e esteve na origem da cristandade ortodoxa eslava, mas pouco se compara aos textos sapienciais chineses que, incessantemente comentados sem rupturas, duraram até há um século numa

³ Os Muçulmanos com o seu Corão (alfabético) também foram império, desde Maomé até ao Otomano, do século VII ao XX, *ganhando ao de Roma tudo o que este herdou das civilizações anteriores*, falhando-lhe – felizmente – o que, na parte ocidental, foi obra de Roma e se tornou Cristandade e Europa. Aqui não os considero, como também não a Índia e os seus textos alfabéticos, menos alheios ao Ocidente do que os da China.

mesma escrita não alfabética, com a particularidade surpreendente de ser compreendida por leitores de línguas diferentes – chinesas, vietnamitas, japonesas, coreanas – estrangeiras entre si, fenómeno igualmente sem paralelo em línguas humanas. É este fenómeno de inscrições historicamente inédito que será aqui estudado.

Comparar duas escritas, alfabética e de caracteres-palavras

4. Ninguém conseguirá imaginar que o império romano do Ocidente tivesse durado até hoje⁴, mas não deixa de ser curioso que Constantino e Teodósio, na época de crise que foi todo o século IV, tenham procurado na nóvel Igreja cristã e na sua Bíblia um suplemento religioso capaz de fazer subsistir o império, que esta Igreja tenha também optado por um clero de vocação que garantiu uma ‘cristandade’ no que virá a ser a Europa⁵ quando a reforma protestante cindiu essa unidade civilizacional, cisão essa que deixou emergir, com a filosofia, os laboratórios científicos, enquanto o catolicismo do sul europeu persistirá teimosamente, multiplicando os dogmas em textualidade rígida que desde Constantino repelia as heresias das interpretações. Ora, na China a continuidade da busca sapiencial, compatível com diversas escolas de pensamento (sobretudo vivas nos três séculos entre Confúcio, o seu primeiro grande escritor, e o início do império), é bem o contrário desta constante de guerras doutrinárias que é, não apenas a história do cristianismo, mas também a história da filosofia.

5. Serve esta digressão para sublinhar que as histórias políticas e económicas das sociedades humanas não podem ser lidas e comparadas entre si, como comumente ainda se faz hoje⁶, sem considerar o jogo nelas das estruturas de inscrição e respectivos suportes, escolas, igrejas e mandarinato chinês. A este chegamos: quais são as correlações entre estas três durações históricas inéditas, dum império, da sua estrutura administrativa e dos textos que esta lê e escreve? Como compreender a sua unidade, se alguma compreensão for possível? Como posso eu pretender tratar da questão sem saber chinês? perguntará obviamente o leitor. Não posso seguramente pretender dar-lhe uma solução, mas talvez elaborá-la dum ponto de vista fenomenológico, digamos, de maneira a que possa ser retomada por quem

⁴ Aldo Schiavone (2003) compara-o com a Europa, perguntando porque não conseguiu ele o que esta conseguiu.

⁵ Mas, além da Bíblia conservada dez séculos em latim, também a ‘alma imortal’ de Platão contribuiu fortemente para o segredo dessa longevidade.

⁶ Jones (2002) e K. Pomeranz (2009) são exemplos de historiadores que questionam a modernidade da revolução industrial em termos estritamente económicos.

conheça. O trabalho em que me apoio, do filósofo francês François Jullien, com duas dezenas de livros publicados, tem a originalidade de não comparar culturas nem conteúdos de pensamento (não há ‘conceitos’ chineses que o permitam) mas sim as maneiras de pensar chinesa e greco-europeia; mas como parece não ter dado importância a este ponto de vista, o da comparação entre a escrita chinesa em caracteres e a nossa alfabética, deixa em aberto a possibilidade de esta diferença de inscrições esclarecer em certa medida a diferença entre as maneiras de pensar, de buscar a sabedoria.

O porquê social das línguas

6. Para poder abordar a questão da diferença entre escritas, terei que colocar brevemente a razão de ser das línguas que, a par de técnicas variadas de habitação, todas as sociedades humanas inventaram no passo de se constituírem, para perceber em seguida como algumas foram levadas a instituir técnicas de escrita. Línguas e técnicas surgiram sem dúvida a par e passo uma da outra, se for certo que a ambas todas as sociedades deram a primazia da respectiva aprendizagem pelas novas gerações, as palavras que se foram inventando devendo dizer funções sociais, por exemplo frases permitindo dizer receitas de tal ou tal técnica que se quer ensinar, tal ou tal relação social, frases porventura antes de se distinguirem nelas palavras⁷. A linguagem é inventada com a necessidade da organização social da tribo, para haver entendimento entre os seus membros no que lembrar e no como fazer, no contar o que sucedeu e aprender a prevenir, nos mitos de antepassados, e por aí fora: para enfrentar o caos ecológico da selva, organizar o social e a comunicação, estruturar os comportamentos individuais. Lévi-Strauss⁸, através da indagação do funcionamento lógico dos mitos ameríndios, comparando os da América do Sul primeiro, mais primitivos, e depois os do Norte, mais elaborados e por vezes explicitando as deduções anteriormente feitas, numa espécie de confirmação laboratorial da cientificidade da análise mitológica, ilustrou de maneira admirável o que ele chamou “lógica das qualidades sensíveis”, que tanto é a dos códigos desses mitos como a de usos tribais, nomeadamente culinários, com que

⁷ Como testemunhariam, se a invenção da linguagem fosse paralela da do pensamento escrito, que os Gregos tenham escrito frases inteiras sem separarem as palavras e que, a fazer fé nos textos que nos chegaram, é claro, só nos finais da obra de Platão (*Sofista*) apareça pela primeira vez a distinção entre nome e verbo, já havendo quase toda a grande filosofia da escola socrática quando o cap. 20 da *Poética* de Aristóteles propõe uma primeira lista gramatical, que termina com a mesma palavra, *logos*, para dizer frase e texto.

⁸ Belo (2007: §§ 34-48).

têm a ver uma boa parte desses mitos. “Os mitos e os ritos oferecem como valor principal o de preservarem até à nossa época, de forma residual, modos de observação e de reflexão que foram (e permanecem sem dúvida) exactamente adaptados às descobertas dum certo tipo: as que autorizava a natureza, a partir da organização e da exploração especulativa do mundo sensível em termos de sensível”⁹.

7. Estas línguas, tão diferentes entre si que os estrangeiros não se entendem, são todas duplamente articuladas: algumas dezenas de fonemas (reproduzidos como sons) que as gargantas e bocas conseguem dizer de maneira distinta mas que não significam nada (são imotivados, como as nossas letras) permitem formar milhares de palavras que os cérebros humanos facilmente memorizam e com as quais se fazem frases indefinidamente diferentes umas das outras. Duas economias de leis fisiológicas (fonação e cerebral) permitem dois excessos na ordem do pensar e do comunicar. Cada indivíduo é instituído enquanto membro da sua sociedade (tribo, aldeia) pela maneira como aprende os seus usos e respectiva língua e cultura.

8. É assim que cada língua, com o seu *efeito de denominação* das coisas e gentes da respectiva sociedade, dá a esta uma estabilidade relativa face à anarquia inicial do mundo caótico e aleatório em que somos paridos: assim como o que se chama natureza está em constante mudança, também as gentes e os seus usos e os acontecimentos resultantes dos amores e das rivalidades, e por aí fora, aquilo tudo de que se fala e discute, são movidos sem cessar ao longo do tempo, com muitos erros, ilusões, ficções e mentiras, isto é, como já dizia Heraclito *panta rei* (tudo flui). Como as línguas orais acompanhavam esse fluxo, ele moveu, na China como na Grécia, escribas pensadores a encontrarem uma forma de se poderem defender destas ilusões ligadas às disputas de interesses, *encontrarem uma forma de estabilidade permitindo pensar fora ou acima do fluxo* que as línguas orais acompanham.

A convencionalidade das escritas

9. As línguas não são convencionais, como se disse desde Aristóteles, mas *imotivadas*, como Saussure percebeu (falando primeiro de ‘arbitrário’), isto é, não foram ‘decididas’ numa convenção de humanos, que implicaria gente que já falasse. Sem motivo fora dela – nem na natureza nem nos usos e costumes nem no génio de algum antepassado –, é a linguagem que nos motiva a nós, nos torna falantes e pensantes, a par dos usos que

⁹ Lévi-Strauss, 1962: 25

vamos aprendendo: em termos filosóficos, é a linguagem com os outros usos tribais que institui o bebé como sujeito, em sua consciência falante e pensante, ao contrário do que Husserl pensou. Entre usos e linguagem é mais difícil de decidir, as crianças aprendem a andar antes de falarem mas aprender usos menos ‘instintivos’, digamos, já pede linguagem antes, embora também a observação dos outros jogue um papel importante. Já em relação às escritas, não são permitidas dúvidas: *as escritas são convenções*¹⁰ estabelecidas por gente que fala, um caso típico sendo o da escrita matemática, com os algarismos, as convenções cartesianas da álgebra, e por aí fora. Ora, foi a convenção da escrita que distinguiu a chinesa da indo-europeia. Enquanto que os chineses inscreveram um pequeno desenho para cada palavra (carácter ou *wen*) das suas línguas monossilábicas, desenhos que a partir dum só traço (para o número 1) os vão multiplicando e complexificando até ao ponto de obterem mais de dez mil caracteres diferentes, o alfabeto, que os Gregos receberam dos Fenícios (actual Líbano) acrescentando-lhe as vogais, inscreve um pequeno desenho para cada fonema (letra), de tal forma que bastam umas poucas dezenas de letras bastante simples (duplicadas com as maiúsculas) para se inscreverem alguns milhares de palavras da língua.

10. Este pequeno ensaio tem a pretensão de encontrar nesta diferença estrutural uma parte da razão das diferenças dos pensamentos tão alheios um ao outro como são o da China e o da antiga Grécia e da Europa moderna, sujeitando-se, como é óbvio, à discussão crítica dos que sabem ler esses caracteres mas presumindo que esse conhecimento não é necessário à argumentação proposta, com alguma inspiração na gramatologia de Jacques Derrida, inclusive na sua interpretação da filosofia grega e europeia (que em F. Jullien parece ter um pendor platónico, que não deixa aliás de ser adequado ao carácter sapiencial do pensamento chinês).

O monossilabismo das línguas e escrita chinesas

11. Sem que se possa falar de causalidade, há em todo o caso uma estreita relação entre a escrita de caracteres e a estranha qualidade das línguas

¹⁰ Esta anterioridade temporal do oral sobre a escrita justificará que a filosofia ocidental tenha dado o primado à primeira, ao *logos*, à sua voz mais perto da alma pensante, sobre a escrita (*Fedro* de Platão), ao logocentrismo; o paradoxo da gramatologia de Derrida foi ter invertido as coisas, mostrando que, aprendida de outros, a linguagem oral é ela própria uma *inscrição* (no cérebro: os *grafos* de Changeux) que torna possível o *logos*, a fala, tanto voz quanto discurso.

chinesas¹¹ e de algumas suas vizinhas (vietnamita, tai, kmer) de serem es-
tritamente monossilábicas – uma consoante seguida de uma ou duas vogais
e eventualmente uma nasal final – ou, dizendo paradoxalmente de outra
maneira, de não terem ‘sílabas’ no sentido ocidental, já que cada uma des-
sas ‘sílabas’ é uma palavra (‘significante’, segundo Aristóteles¹²). Quando
se consulta um dicionário português-chinês, verifica-se que à maioria das
palavras portuguesas corresponde o que parece ser ‘uma’ palavra chine-
sa composta de vários caracteres ou sílabas (em pinyin, alfabeto chinês
oficial), mas que de facto é uma sequência de palavras, cada uma delas
tendo a sua entrada no dicionário chinês (se não for uma palavra arcaica
fora de uso), o que parece ser acentuado nos textos chineses antigos pelo
facto de não haver nenhuma diferença entre as distâncias entre caracteres
numa dada frase¹³. Isto parece colocar um problema tremendo em termos
de gramática chinesa e de tradução¹⁴: como a gramática ocidental, de raiz
aristotélica, é usada pelos linguistas ocidentais na análise de línguas não
ocidentais (africanas, ameríndias, asiáticas), será sempre difícil de decidir
se se analisa a frase chinesa ou a sua tradução (§ 25). É como se todas as
palavras inglesas fossem como ‘foot’, ‘chair’, ‘ball’, ‘arm’, ou ‘football’,
‘armchair’ (não encontrei exemplo português).

12. Consequência deste monossilabismo, *há uma ausência pratica-
mente total de morfologia*. Verbal, para começar: a palavra ‘ai’ corres-
ponde ao verbo português ‘amar’¹⁵, mas não há ‘amo’, ‘amam’, ‘amava’,
‘amei’, ‘amarei’, nem sequer tem sentido dizer que é um infinitivo como
o nosso ‘amar’, já que o infinitivo faz parte da nossa morfologia. Mas
porquê ‘verbal’? a mesma palavra diz ‘amor’, o que chamamos ‘nome’ ou
‘substantivo’, será portanto ou nome ou verbo consoante o seu lugar sin-
táctico de posição, a frase chinesa dizendo sempre primeiro o nome antes
do verbo, os nomes também não tendo morfologia, nem número (singular
ou plural) nem género¹⁶. Seja um exemplo: o português ‘porteiro’ é feito de

¹¹ O chinês comum arcaico, falado alguns séculos antes da nossa era, repartiu-se em gru-
pos importantes falados hoje (“Sino-tibétaines (langues)”, *Encyclopædia Universalis*,
14: 1055c).

¹² O cap. 20 da *Poética* define sílaba como “voz não significante [isto é, sem referente]
composta de consoante e vogal”, nome e verbo como “voz composta significante de que
nenhuma parte [sílaba] é por ela mesma significante”.

¹³ Nem mesmo entre frases, apenas um pequena esfera assinalando a diferença entre estas
no texto dado em *Zhong Yong, La Régulation à usage ordinaire*, Imprimerie Nationale
éditions, texto introduzido, traduzido e comentado por F. Jullien (1993): 152-94.

¹⁴ Exemplo adiante com as 3 traduções dos lemas de Confúcio (cf. § 24).

¹⁵ Segundo um dicionário escolar actual de tipo prático, mas que não serve de nada, por
assim dizer, quando se procura verificar palavras clássicas citadas por Jullien.

¹⁶ Como também se passa na língua inglesa.

‘port-’ e de ‘-eiro’, sendo que este sufixo não tem significado isoladamente, não é uma palavra portuguesa; o que lhe corresponde no chinês é composto de três palavras, uma que diz ‘guardar a entrada’, outra ‘porta’ e a outra ‘humano’. Serão três palavras ou uma só? pergunta o leigo. Pode ser que a sintaxe da frase permita decidir que seja uma, que designa uma pessoa concreta a que mais duas acrescentam a ‘função’; mas a intervenção da designação (duma pessoa) cria dúvidas nomenclaturistas, como diria Saussure; para estabelecer o seu célebre motivo “na língua não há senão diferenças, sem termos positivos”, ele teve que reduzir justamente esta dimensão de nomenclatura inerente às línguas. A hipótese a colocar seria então a de que a ausência de morfologia faça destas línguas monossilábicas uma espécie de nomenclaturas colocadas em frases sintacticamente muito pobres¹⁷. Ora, os caracteres chineses não só se adequam muito bem a esse nomenclaturismo, como poderão inclusivamente tê-lo reforçado historicamente.

As invenções das escritas

13. Voltemos à necessidade em que se encontraram escribas pensadores de inventarem formas escritas susceptíveis de pensar que resistissem à fluidez dos vivos e dos interesses humanos e ao arrastamento consequente das falas nas inevitáveis disputas: se as línguas, faladas com as mesmas regras por todos, permitem a organização das coisas sociais, elas não têm delas mesmas distância, transcendência dir-se-á em filosofia ocidental, capaz de arbitrar disputas, de constituir um ponto de consenso. A divergência das soluções encontradas assinala-se no facto de na Grécia, ao contrário da China que enveredou logo pelos caracteres desenhados, na Grécia ter havido duas fases, uma vez que a invenção do alfabeto não conseguiu imediatamente o efeito desejado e *foi preciso num segundo tempo inventar a definição*. Pela boa razão de que, ao contrário dos caracteres, lá iremos, a escrita alfabética funcionar também em dupla articulação, já que as letras correspondem aos fonemas, não têm sentido delas mesmas, são imotivadas como condição da formação económica de palavras e portanto de frases (economia de desenhos a escrever e reter facilmente na memória, em contraste claro com a dificuldade pedagógica de aprender de cor milhares de caracteres). E porquê este paralelo entre a dupla articulação da oralidade e a da escrita impedir o efeito desejado de permitir ‘transcender’ a fluidez das coisas? Digamos que um texto escrito em língua alfabética tem a

¹⁷ Ver em Belo (1994: § L 50) uma longa citação do sinólogo Démieville sobre a não existência em chinês de “partes do discurso” (substantivo, adjectivo, verbo, artigo, preposição, etc.) do ponto de vista semântico e morfológico, apenas funcional.

enorme vantagem de poder ser lido em voz alta, como sucedia com mitos, narrativas homéricas e outros textos poéticos face a assembleias analfabetas. É essa vantagem que é simultaneamente uma desvantagem, esses textos fluem também e levam o seu leitor com ele. A escrita chinesa “não poderia ser falada, lida em voz alta ela permanece ininteligível ao auditor se este não tem ao mesmo tempo diante dos seus olhos o texto escrito em caracteres ideográficos, ou se o texto não lhe é conhecido de antemão”¹⁸. Em termos da linguística saussuriana, a escrita chinesa, ignorando as letras para compor palavras, só tem uma articulação linear, a que há entre palavras e frases, ambas ditas igualmente *wen* (como aliás os textos curtos). O sinólogo Vandermeersch compara o ideograma, o *wen*, com o alfabeto: “enquanto que a palavra alfabeticamente escrita é percebida como um substituto (*relais*) do pensamento reflectido entre a palavra e o real, o *wen* dá o sentimento de tornar directamente e-vidente o sentido das coisas” (2003: 127), afirmando no final que “a letra que transcreve o verbo leva à ideia de criação [referência à palavra criadora do mundo na primeira página da Bíblia hebraica]; pelo contrário, o *wen* é cortado do verbo” (idem: 138), isto é, *não supõe uma palavra oral que seja ‘ditada’ em escrita*. A pedagogia escolar ocidental do ‘ditado’ não seria possível em chinês? Ora foi a esta predominância filosófica da voz / *logos* sobre a escrita, do que vem ‘de dentro’, da proximidade da alma, sobre o que é inscrito e fica ‘de fora’, que Derrida chamou *logocentrismo* (esquecimento de que a fala, tanto voz como *logos* ou discurso, também veio de fora, por aprendizagem que inscreveu a língua, suas regras e cultura nas crianças, que nascem in-fantes, sem fala).

14. “Gramatura” e não literatura, escreve ainda Vandermeersch (2003: 125), foi construído “um sistema [“fortemente racional”] de derivação dos ideogramas uns dos outros, cada um deles sendo recomposto de [...] sub-grafias tiradas dum stock reduzido a um pequeno número de elementos” (idem: 126), isto é, os novos *wen* são inventados acrescentando um traço a outro *wen* já existente, sem correlação com as palavras monossilábicas correspondentes (que variam aliás com as diversas línguas a que eles oferecem escrita). Donde que se tenha “produzido, *ipso facto*, uma completa reestruturação do léxico e da sintaxe das grafias em relação às correlações das palavras entre elas na língua natural” (ibidem). Ao contrário do que sucede nas nossas escritas alfabéticas em que rapidamente aprendemos a ler ‘mentalmente’ nas correspondentes palavras orais, incluindo as letras mudas (como sentimos instintivamente a sua falta nos textos do novo acordo ortográfico): que possamos ler em voz alta significa justamente que *a oralidade reside na escrita alfabética, faz parte aliás da essência mesma*

¹⁸ “Chine – Littérature”, *Encyclopædia Universalis*, 1974, vol. 4: 310.

da poesia, da sua 'música' ainda que escrita, só saboreável nesta indistinção alfabética entre oral e escrita dum 'mesmo' texto em 'matérias de empréstimo' diferentes. Não só pode ser lida em voz alta, como não pode deixar de ser 'lida' em voz ainda que silenciosa, o leitor, tal como o escritor, 'estão' assim no que lêem enquanto falantes, a sua voz (*phonê*) e o seu *logos* no texto, enquanto que o leitor chinês só lerá com os olhos, sem voz.

A invenção da definição

15. Antes de retomarmos a questão da estabilidade da escrita chinesa, relacionada com esta autonomia relativa entre escrita e oral, entre *wen* e palavra monossilábica, demos atenção a que Derrida tenha escrito algures que a filosofia grega só foi possível devido ao alfabeto: quero crer que é esta economia de duplas articulações paralelas que justifica essa asserção, que é ela que pediu a segunda etapa grega em busca de fugir da fluidez das coisas e das palavras, a invenção da *definição*. Esta colagem da língua alfabética à língua oral duplamente articulada (a escrita chinesa só tem uma articulação, visto que sem fonemas) teve como consequência que o problema da estabilidade continuava inteiro por resolver, continuava portanto a pedir uma solução, como se percebeu no século V da Atenas clássica, o de Sócrates (nascido em 470 a.C.), em que houve uma abundância de textos manuscritos publicados que se contradiziam frequentemente, disputando questões com importância em relação à vida da cidade, quer nos debates da política ou dos tribunais, quer nas escolas de saber sofistas que eram oferecidas à juventude. Revelou-se pois que a escrita alfabética sofria do mesmo inconveniente que a língua oral grega diante do movimento, do fluxo incessante das coisas, entregues, como se dizia, à geração e à corrupção, ela não oferecia a estabilidade que exibia a geometria tão prezada na Academia, sofria dos mesmos males que a língua oral, a sua dupla articulação e a polissemia inerente quer à economia de palavras e à notação de deícticos e pronomes, quer às ricas morfologias verbal e nominal. Não bastava escrever para se poder 'pensar' fora do fluxo das coisas, esse fluxo que Heraclito terá valorizado e que defende Crátilo, seu discípulo, que tinha sido mestre de Platão. No diálogo com o seu nome, é Crátilo que objecta a Hermógenes (este do lado de Hermes, deus da eloquência) que a própria língua é incapaz de levar ao conhecimento. E se Sócrates, após uma longuíssima digressão pelas etimologias das principais palavras gregas, anotando ilógicas e contradições entre letras e palavras, remata o diálogo aparentando não dar razão a nenhum dos contendores, Platão levou a água ao seu moinho, propondo pela primeira vez na cronologia provável dos

seus escritos¹⁹ a teoria dos Formas ideais (*Eidê*) celestes, fora dos nomes das coisas e que permitem conhecê-las na sua ‘essência’ eterna, intemporal (*Crátilo*, 438e, 439b). Ou seja, cada *Eidos* é algo de imutável, de indefinidamente estável, que permite à alma que o contemplou *conhecer* as coisas que doutra maneira escapam na fluidez heraclitiana (*Crátilo*, 440c), *estável sem intervenção das palavras orais*, tal como os *wen*!

16. Embora seja lição do próprio Platão²⁰ e de Aristóteles²¹, não é costume relacionar esta Forma ideal eterna com a invenção da *definição* por Sócrates²², em vista de levar os seus jovens interlocutores a serem capazes de aceder à definição das principais virtudes para assim as praticarem a partir da sua própria compreensão pessoal (e não apenas por aprendizagem de outrem): definida por eles, a virtude tornar-se-á espontânea. Solução eminentemente grega²³, no sentido em que a civilização grega é estruturalmente delimitadora, criadora de fronteiras entre as suas próprias cidades com língua e mitologia comum²⁴. Ora, a definição ataca a polissemia das palavras importantes, introduz uma fronteira (‘fines’, em latim) em torno de cada uma, restringindo-a a um só sentido, com o qual se possa argumentar, pensar²⁵, arranca-as do contexto da *doxa*, das discussões de opiniões interesseiras da língua corrente, aonde o fluir das coisas é acompanhado pelo dos sentidos das palavras. Retiradas do contexto, ao aspecto (*eidos*, o ‘viso’ das coisas, segundo traduziu Coelho Rosa) que elas ganham é atribuído por Platão um estatuto celeste, imutável, que as almas imortais contemplam quando estão fora do corpo (também a alma de Aristóteles, forma do corpo e já não imortal, separa este do contexto, define-o). É em torno da ‘coisa’ que tudo se passa no que diz respeito à definição (em contraste decisivo com a ideografia chinesa segundo F. Jullien), como testemunha no cap. X da *República* o exemplo do marceneiro que faz a cama como obreiro, segundo o ‘eidos’ de cama criado pelo Deus, enquanto que o pintor imita a cama do marceneiro (597c-598c). Pode-se sublinhar assim a definição, em vista de comparar com os ideogramas, porque ela não é um ‘tema’

¹⁹ Compreendida segundo o desenvolvimento desta teoria conhecida como o platonismo.

²⁰ *Parménides* 135c.

²¹ *Metafísica*, XIII, 1078b18-34.

²² *Metafísica*, I, 987a9-988a18.

²³ Em contraste com os Romanos, que criaram o direito como texto estável para pensar as suas questões e o estenderam aos países ocupados, incluindo a própria cidadania romana.

²⁴ Regras quase endogâmicas de parentesco; só filho/a de pai e mãe ateniense é cidadã/o de Atenas, os gregos de outras cidades são ‘metecos’, os de outra língua ‘bárbaros’; as colónias são cópias das metrópoles, com as mesmas exclusões.

²⁵ *Metafísica*, IV, 1006b7-10.

filosófico, daqueles que, com razão me parece, Jullien recusa comparar com os ‘temas’ da sabedoria chinesa (Jullien, 2000: 198-9). Mas pode-se e deve-se comparar as escritas, como tento aqui em prolegómenos, já que *a definição é uma operação de escritura* e não um tema ou conceito, ela *opera* sobre as palavras dos discursos e narrativas gregos e europeus para as transferir para um outro tipo de textos, os textos gnosiológicos relativos ao saber intemporal que se caracterizam pela ausência de verbos, de toda a sua rica morfologia polissemizante. Torna assim possível a estabilidade das essências, intemporal, fora da circunstância, do contexto de escrita. *É o seu sistema que pode ser comparado com o sistema ideográfico chinês* (e não com o que neles se escreve). Comparando com os caracteres chineses, estas Formas ideais deveriam evitar que a língua oral, o nome da coisa, interviesse, tese do *Crátilo* como se viu, mas como não têm raiz ideográfica à coisa, não podem evitar terem de passar pelo nome para serem escritas (o que contribuiria também para a tese anti-escrita do *Fedro*): é neste ponto que o alfabeto é decisivo, já que é *na palavra* que a ‘coisa’ é definida (cf *Parménides* 133d-e), sendo todavia esta o que importa, que deve ser definida e classificada, mas só o podendo ser *directamente* na palavra antes da consideração do conjunto de todas as Formas ideais. O que é obviamente verdade de todos os conceitos que os filósofos vieram a definir.

17. Um outro ponto a respeito da escrita alfabética, é que basta uma diferença de letra, por gralha ou intenção, para se ter uma palavra completamente diferente, sem nenhuma relação de sentido com a primeira, o que faz parte do que Derrida chamou *disseminação*, que tanto é ‘chance’ literária e poética – no ritmo e nas rimas, aliteraões e outros jogos de palavras – como risco de erro: tudo isto, me parece, se jogando na proximidade como *contaminação* (ao invés da alusão a distância) boa ou má. Enquanto que o facto do carácter ‘desenhar’ (por convenção) a coisa referida e trazê-la assim consigo na sua própria estrutura gráfica parece implicar que no tradicional triângulo do signo – significante, significado e coisa referida – não haja no ideograma lugar para o ‘significado’ (o qual, pelo contrário, é o que justifica a definição), ele coincide com o significante na única articulação linear. *É por isso que a escrita ideográfica chinesa serve para várias línguas*, incluindo para a japonesa que não é monossilábica: o significado será o ter um referente, ausência pois de polissemia no carácter enquanto tal, segundo parece. Pelo contrário, na tradução duma língua alfabética para outra, é o ‘significado’ que põe o problema principal, solúvel apenas aproximadamente e furtando-se à tradução do gesto da ‘definição’, que terá que ser refeito na língua de chegada. Este será o problema principal de toda a abordagem da escrita chinesa por escritas ocidentais, deixando totalmente de fora quem não saiba chinês, nem sequer dicionários prova-

velmente podendo ajudar. Por outro lado, a Forma ideal platónica foi concebida para que a alma conheça a ‘coisa’ (o belo, o bem, o justo, a virtude), este conhecimento, na sua pureza ética, sendo necessário para que a alma (de Sócrates, no *Fédon*) aceda definitivamente à imortalidade dos deuses, não volte a precisar de gerar-se num corpo corruptível. Se a definição dá a esta concepção um carácter de intelectualidade cognitiva, a predominância da dimensão ética acompanhando um desprezo da corporalidade será duma fecundidade imensa nas espiritualidades do helenismo romano, mormente o neoplatonismo, que por sua vez fecundará o cristianismo, torná-lo-á viável nas elites de Alexandria e Roma.

Entre matemática e língua

18. Que a mesma escrita sirva para várias línguas estrangeiras entre si, eis o que não pode deixar de chocar-nos, nós que ‘vemos’ um texto escrito no nosso alfabeto, em sueco por exemplo, e não somos capazes de o ‘ler’. Ora bem, nós também temos uma experiência que nos aproxima da ideografia chinesa: a escrita matemática, que, convencional como a ideografia chinesa, só tem uma articulação linear, entre palavras e frases, também é usada igualmente de maneira compreensível em textos de línguas estrangeiras entre si. O que nos esclarece sobre o que atrás se disse: tal como os chineses, nós lemos os algarismos e sinais da sintaxe matemática sem os ‘dizer’, sem usarmos a voz, não logocentricamente pois (o cálculo dito mental é muito limitado, a matemática, em suas equações, derivações, integrações, etc., é estruturalmente escrita), sem ‘estarmos’ nas contas, as quais se fazem segundo a lógica delas, como prova aliás que as calculadoras electrónicas também o consigam²⁶. Tal como em chinês, também não há nenhuma correlação entre 2 e ‘dois, duas’, ‘deux’, ‘two’, ‘zwei’. A única articulação implica a ausência de polissemia, isto é, a exactidão de matemática, bem como o seu carácter exaustivo (ao invés das línguas duplamente articuladas, que não podem nunca contar tudo, são essencialmente elípticas). Qual é a diferença então entre estes dois tipos de escrita, a chinesa e a matemática? Há pelo menos duas: uma referente às ‘palavras’ matemáticas, os algarismos, que não reenviam a ‘coisas’, a ‘fenómenos’, a ‘qualidades’, mas à sua dimensão quantitativa que permite numerá-las, e em seguida medi-las e fazer cálculos, tendo no entanto a mobilidade das

²⁶ Mas os bilingues só sabem calcular na língua materna de aprendizagem do cálculo. Que os computadores chineses não consigam ‘calcular’ com os caracteres dever-se-á ao facto não só de os não haver ‘sintácticos’ (tipo =, +, x, etc.) mas também de os ‘semânticos’ não serem redutíveis ao sistema binário 0/1.

palavras nas suas aplicações; a outra, referente às ‘frases’ matemáticas, as equações podem ser transformadas em equações equivalentes, os ‘textos’ que assim se fazem para resolver problemas são no entanto estruturalmente fragmentários: é por isso que quando se trata de regiões da física ou de outras aplicações, as mesmas letras latinas ou gregas servem para coisas diferentes, sem necessidade dos milhares de ideogramas chineses. Por seu lado, estes têm a mesma ambição que as nossas palavras alfabéticas, a de serem capazes de dizer tudo (elípticamente) do campo das coisas ou fenómenos de que as línguas falam. Fazem pois uma ponte entre a exactidão matemática, a sua certeza, se dizer se pode, e a ambição holística das línguas²⁷. (continua)

BIBLIOGRAFIA

- Alleton, Viviane (1973), *Grammaire du chinois*, Paris: Presses universitaires de France, «Que sais-je?», n° 1519.
- Alves, Ana Cristina (2010), *Dicionário de Chinês-português Português-chinês*, Porto editora.
- Aristóteles (1980), *La Poétique*, texto, trad. e notas por Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot, Paris: Seuil.
- Belo, Fernando (1994), *Epistemologia do sentido. Entre Filosofia e Poesia, a questão semântica*, Lisboa: ed. F. C. Gulbenkian.
- (2007), *Le Jeu des Sciences avec Heidegger et Derrida*, 2 vol., Paris: L’Harmattan
- (2009), *La Philosophie avec Sciences au XXe siècle*, Paris: L’Harmattan.
- (2013), *Da Natureza à Técnica (construção, desconstrução, reconstrução)*, Leya, e.book.
- , <http://filosofiamaisciencias.blogspot.pt/2008/02/manifesto.html> e seguintes
- Changeux, Jean-Pierre (1983), *L’homme neuronal*, Paris: Fayard.
- Chieng, André (2006), *La Pratique de la Chine en compagnie de François Jullien*, Paris: Grasset.

²⁷ Jullien parece propor uma ‘filosofia da diferença’, susceptível de ser comparada com a de Heidegger e com a de Derrida, ambos desconstrutores da ‘presença’ como Jullien e a sua ‘presença ausência’, o seu ‘longe na proximidade’. Se a lógica do ideograma é a mesma da matemática, e por isso ‘exacta’ como ela, e portanto estéril poeticamente, provavelmente ser-lhe-ia impossível ser ‘literária’ a não ser pela economia da alusão a distância que diagnosticou Jullien (2007).

- Demiéville, P. e Hervouet, Y. (1974), « Chine Littérature », *Encyclopædia Universalis*, Paris.
- Derrida, Jacques (1967), *De la grammatologie*, Paris: Minuit.
- Figueiredo, Cândido de (1961⁸), *Gramática sintética da língua portuguesa para o ensino secundário*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Heidegger, Martin [1927] (1985), *Être et Temps*, trad. E. Martineau, Paris: hors commerce.
- (1968), “Ce qu’est et comment se détermine la *Physis*” in *Questions II*, trad. F. Fédier, Paris: Gallimard, pp. 165-276.
- (1976), “Temps et Être” in *Questions IV*, trad. F. Fédier, Paris: Gallimard, pp. 9-51
- Jones, E. L. (2002), *O milagre europeu*, Lisboa: Gradiva.
- Jousset, Phillippe (2007), *L’Œuvre en cours de François Jullien, un déplacement philosophique*, Paris: L’Harmattan.
- Jullien, François (1993), *Figures de l’immanence, pour une lecture philosophique du Yi king*, Paris: Grasset.
- (2000), *Penser d’un dehors (La Chine): entretiens d’Extrême-Occident, entretien avec Thierry Marchaisse*, Paris: Le Seuil.
- (2007), “Le détour et l’accès”, *La pensée chinoise dans le miroir de la philosophie*, Paris: Seuil, pp. 137-513.
- Lanselle, Rainier (2003), “Sur le mode de l’indirect: d’un art chinois de la lecture”, MARCHAISSE, Thierry (org.), pp. 171-209.
- Lévi-strauss, Claude (1962), *Le totémisme aujourd’hui*, Paris: P. U. F.
- Marchaisse, Thierry (org.) (2003), *Dépayser la pensée, dialogues hétérotopiques avec François Jullien sur son usage philosophique de la Chine*, Paris: Les Empêcheurs de penser en rond.
- Platão, *Phédon, Cratyle, Phèdre, République, Parménide*, todos lidos na coleção Garnier-Flammarion.
- Pomeranz, Kenneth (2009), *La force de l’empire. Révolution industrielle et écologie, ou pourquoi l’Angleterre a fait mieux que la Chine ?*, Paris: Ère.
- Saussure, Ferdinand de [1916] (1999), *Curso de Linguística Geral*, Lisboa: D. Quixote
- Schiavone, Aldo (2003), *L’histoire brisée. La Rome antique et l’Occident moderne*, Paris: Bêlin.
- Vandermeersche, Léon (2003), “Le *wen* et la lettre, sur le pli créé dans la pensée chinoise par l’idéographie divinatoire”, in marchaisse, Thierry (org.), pp. 123-138.